

HISTÓRIA

CEM ANOS
DO TRATADO DE WINDSOR

ENTREVISTA
J. M. BRANDÃO DE BRITO

PORTUGAL E AS CRISES ECONÓMICAS



BALANÇO DE 30 ANOS DE INVESTIGAÇÃO

Arqueologia no Alto Tejo

Francisco Henriques*, João Carlos Caninas* e João Luís Cardoso*

Associação de Estudos do Alto Tejo, Associação de Arqueólogos Portugueses, Academia Portuguesa da História e Universidade Aberta

É do conhecimento comum que a água em abundância, e em particular os grandes rios, sempre atraíram gente em grande número. A história humana é particularmente rica em exemplos deste tipo. O rio Tejo não foi excepção. Assim, ao longo dos diversos períodos da pré-história, este rio foi um forte pólo catalisador de homens e um importante factor organizador do espaço físico e mitológico.

ESTA comprovação, na região do Alto Tejo Português, pode ser confirmada pelo resultado do trabalho de diversos arqueólogos ao longo deste século.

Adoptámos a expressão Alto Tejo Português para designar o território, de ambas as margens do rio Tejo, compreendido entre o rio Erges (fronteira com Espanha) e a foz do rio Ocreza, na margem direita, e o rio Sever e a foz da ribeira de Figueiró, na margem esquerda. Em termos administrativos corresponde aos concelhos de Idanha-a-Nova, Castelo Branco, Vila Velha de Ródão, Proença-a-Nova e Nisa.

Até ao início da década de 70 a investigação arqueológica da região foi caracterizada por trabalhos esporádicos, exceptuando as intervenções de Francisco Tavares de Proença Júnior, e de D. Fernando de Almeida e O. da Veiga Ferreira.

O primeiro destes investigadores desenvolveu um trabalho com carácter sistemáti-

co, com elevado rigor científico para a época, e a ele se deve a primeira contribuição de carta arqueológica do distrito e escavações em monumentos megalíticos, alguns dos quais na área que hoje designamos por Alto Tejo.

D. Fernando de Almeida e O. da Veiga Ferreira centraram a sua acção fundamentalmente no estudo dos vestígios arqueológicos de Idanha-a-Velha e de alguns monumentos da área envolvente.

No nível do megalitismo realçamos ainda os trabalhos de Félix Alves Pereira e de Georg e Vera Leisner.

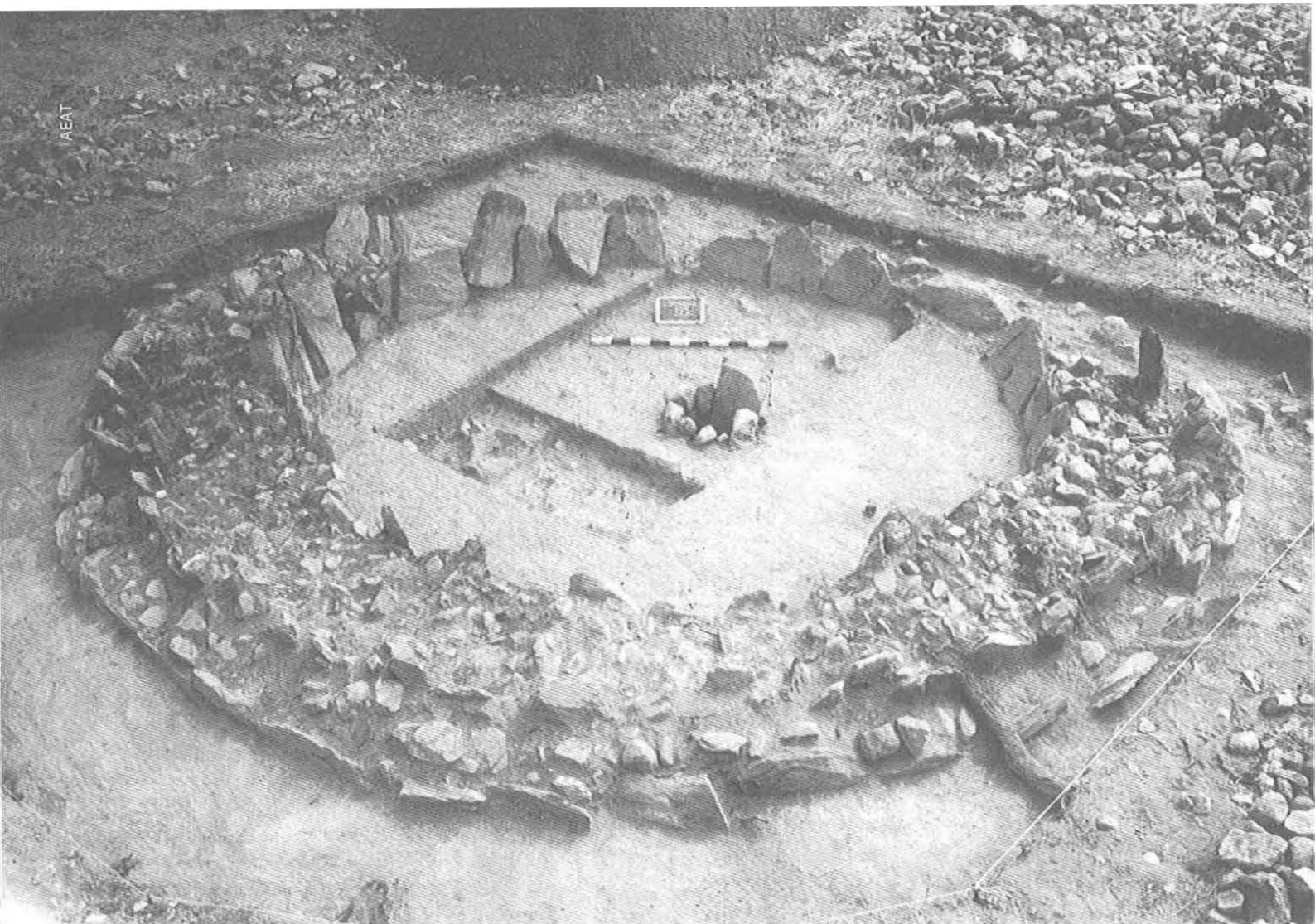
A viragem nos anos 70

Os anos 70 foram de profunda viragem para a arqueologia regional. Esta década foi caracterizada pela descoberta da Arte Rupestre do Tejo, em 1971, cujo trabalho de levantamento consequente, que se prolongou até 1975, veio impulsionar a investigação arqueológica regional; pelo aparecimento de

vários grupos de jovens ligados à arqueologia e pelo início de trabalho planeado de prospecção arqueológica.

O fervor dos anos 70 persistiu na década seguinte com o Grupo para o Estudo do Paleolítico Português (GEPP), que já identificara o complexo de arte rupestre do Vale do Tejo, a escavar importantes sítios de ocupação humana do Paleolítico; com o Grupo de Estudos Epigráficos da Beira a divulgar e a reinterpretar vários monumentos epigráficos da região e com o Núcleo Regional de Investigação Arqueológica/Associação de Estudos do Alto Tejo (AEAT) a divulgar os resultados de prospecção arqueológica desenvolvida, a escavar alguns monumentos e a subscrever, em 1986, um projecto de investigação (Paleo-antropologia e Paleo-ecologia no Alto Tejo Português) então submetido ao IPPC, e que perdurou até à actualidade sob outras designações.

Em termos gerais a década que está prestes a terminar tem sido caracterizada por um



Aspecto da cabana circular encontrada no Monte de S. Domingos em Malpica

reforço do trabalho arqueológico regional, sobretudo com projectos de investigação da área da pré-história. Luís Raposo e a sua equipa têm centrado a intervenção na estação paleolítica da Foz do Enxarrique, junto a Vila Velha de Ródão, onde o espólio exumado, com realce para as indústrias líticas e a paleofauna, coloca o sítio entre os mais importantes a nível nacional.

O Núcleo Regional de Investigação Arqueológica/Associação de Estudos do Alto Tejo com os projectos Ocupação Pré-Histórica no Alto Tejo Português (1993) e Pré-História recente na Margem Direita do Alto Tejo Português (1998), este último aprovado pelo Instituto Português de Arqueologia, que deram continuidade ao antes referido, tem inventariado os traços de humanização inscritos no território do Alto Tejo e, simultaneamente, caracterizado a evolução do povoamento no intervalo de tempo que medeia entre o Paleolítico e a Idade do Bronze, usualmente designado por pré-história.

Raquel Vilaça tem estudado e caracterizado o povoamento da Idade do Bronze, no centro e no sul da Beira Interior. A qualidade dos vestígios arqueológicos em Idanha-a-Velha tem permitido um *continuum* da investigação em Arqueologia Urbana com a presença de várias equipas de arqueólogos ao longo dos últimos quarenta anos, constituindo caso exemplar, e mesmo único, no panorama arqueológico português, ainda que pontuado.

Na margem esquerda do rio Tejo, no nordeste alentejano e em Espanha merecem relevo as actividades de inventariação e estudo de Jorge Oliveira na área do megalitismo, corporizadas em tese de doutoramento.

Ao longo de 27 anos da sua história a AEAT orientou a sua acção, na vertente arqueológica, para duas áreas complementares: a inventariação de sítios e monumentos dos vários períodos da História humana e o estudo de vestígios – incluindo escavações arqueológicas em vários monumentos – integráveis no fenómeno megalítico.

Relativamente ao primeiro tipo de intervenção são de ressaltar os trabalhos de Francisco Henriques e João Carlos Caninas, *Contribuição para a Carta Arqueológica dos Concelhos de Vila Velha de Ródão e Nisa*, Preservação, 3, 1980; e *Nova Contribuição para a Carta Arqueológica dos Concelhos de Vila Velha de Ródão e Nisa*, Preservação, 7, 1986; em 1993 e 1995 os mesmos autores, com Mário Chambino, publicam a *Carta Arqueológica do Tejo Internacional*, vols. 2 e 3, onde se registam monumentos e sítios das áreas doc Rosmaninhal, Monforte da Beira e Malpica do Tejo (Preservação 14-16), além de outros artigos dispersos. Estes trabalhos constituem importante contributo para a cartografia arqueológica de nível regional, dando a conhecer, em grande parte pela primeira vez, 642 monumentos e sítios. Actualmente está em preparação uma nova contribuição para a carta arqueológica desta região onde se divulgam cinco centenas de novos sítios e monumentos.



Corredor e câmara da anta 3 do Amieiro, em Idanha-a-Nova

Megalitismo mal conhecido

No Alto Tejo português, o megalitismo, mercê da sua riqueza, tem despertado particular atenção; apesar disso, é ainda pouco conhecido. São de realçar os trabalhos da Associação de Estudos do Alto Tejo, principalmente na margem direita do Tejo internacional e dos seus afluentes, bem como os estudos de Jorge de Oliveira na margem esquerda do mesmo rio, em território tanto português como espanhol (*Monumentos Megalíticos da Bacia Hidrográfica do Rio Sever*, Ibn Maruán, edição especial, Lisboa, 1997).

No Alto Tejo português o fenómeno megalítico encontra-se representado por dólmenes, menires e cromeleques, manifestações funerárias e mágico-religiosas praticadas por populações cujos povoados, em alguns casos, se conhecem. Os cromeleques correspondem a conjuntos de menires

dispostos em forma subcircular. São conhecidos dois monumentos deste tipo [Fonte Fundeira, Castelo Branco (E. Henriques, 1974, *O Recinto Megalítico da Fonte Fundeira*, Beira Baixa, n.º 1919, Castelo Branco), e Couto da Espanhola, Rosmaninhal (Henriques *et al.*, 1993, *Carta Arqueológica do Tejo Internacional*, vol. 3, Vila Velha de Ródão)], ambos mal conservados. Um terceiro recinto teria existido no Cabeço Mouro, Rosmaninhal, hoje totalmente demantelado, estando os menires a servir de marcos de divisão de propriedade (Henriques *et al.*, 1993).

Em 1994 foi feita a limpeza e a escavação de uma pequena área do recinto megalítico do Couto da Espanhola (Rosmaninhal – Idanha-a-Nova). A intervenção realizada, ainda inédita, carece de continuação, de modo a esclarecer o verdadeiro significado e as fun-

ções do referido recinto e estruturas megalíticas anexas.

Os locais de *habitat* deste período histórico, em número de 15, foram identificados a distâncias inferiores a 1500 metros dos cursos de água permanentes (rio Tejo, rio Ocreza e rio Ponsul). Implantam-se quase todos em plataformas de arcoses, constituindo relevos residuais destacados (designados “charnecas” na região de Ródão) em relação à área circundante, tornando-se, por isso, excelentes locais de observação. Alguns destes locais situam-se junto a portelas, pontos de passagem obrigatórios entre bacias hidrográficas adjacentes, sendo deste modo bastante frequentados por populações pré-históricas de economia agro-pastoril. Os solos correlativos das arcoses referidas são também mais ricos, em termos de aptidão agrícola, que os solos do complexo xisto-grauváquica. Estas plataformas detríticas funcionam também como reservatórios de água essenciais à fixação humana.

Em dois destes locais de *habitat* (Charneca do Fratel e Cabeço da Velha) foram realizadas escavações, em 1987-1988 e 1989 respectivamente. No primeiro destes povoados (Joaquina Soares, *O Povoado da Charneca de Fratel e o Neolítico Final/Calcolítico da Região Ródão-Nisa – Notícia Preliminar*, Alto Tejo, n.º 2, 1988, Vila Velha de Ródão) foram identificados três níveis de ocupação. O primeiro ocupa a quase totalidade dos 19 hectares da área da plataforma, desenvolve-se em superfície e foi datado do Neolítico Final. É caracterizado por núcleos habitacionais dispersos, estruturas de combustão (empedrados), cerâmica lisa com taças de rebordo espessado internamente e vasos carenados com decoração impressa. A variedade da indústria lítica encontra paralelos em contextos do Neolítico final da Estremadura e do Sudoeste Peninsular. Abundam mós manuais em xisto-grauvaque.

O segundo nível de ocupação é do Calcolítico e restringe-se a um pequeno sector da plataforma da Charneca de Fratel. Data desta época uma muralha, construída com blocos de xisto e grauvaque, de dois metros de espessura com uma entrada defendida por um bastião semicircular. A cerâmica continua a ser predominantemente lisa.

O terceiro nível parece possuir carácter episódico; não foi possível ainda determinar a sua cronologia.

No povoado do Cabeço da Velha (João Luís Cardoso, Carlos Tavares da Silva, João

A qualidade dos vestígios arqueológicos em Idanha-a-Velha tem permitido um *continuum* da investigação em arqueologia urbana com a presença de várias equipas de arqueólogos ao longo dos últimos quarenta anos, constituindo caso exemplar, e mesmo único, no panorama arqueológico português (...)

Carlos Caninas e Francisco Henriques, *Ocupação Neolítica do Cabeço da Velha – Vila Velha de Ródão, Trabalhos Realizados em 1989*, Materiais, II série, n.º 0, vol. I, Castelo Branco, 1996; *idem*, *Trabalhos de Arqueologia da EAM*, Lisboa, Colibri, 3/4, 1998, pp. 61-81) foram identificados empedrados de combustão, cinzeiros, buracos de poste e estruturas de reforço da base da cabana. Estas últimas articulam-se com os empedrados de combustão, defendendo-os dos ventos dominantes. Pela tipologia e pela homogeneidade do espólio trata-se de uma ocupação do Neolítico final com influências culturais no interior alentejano e beirão e do círculo cultural estremenho.

Pelas estruturas exumadas e pelo espólio recolhido é possível interpretar este local como um pequeno espaço habitacional, com uma única ocupação de curta duração talvez relacionada com a presença sazonal, de índole pastoril, de pequeno grupo humano.

Monumentos funerários

Os dólmenes, ou antas, monumentos de carácter funerário, constituem a manifestação megalítica mais frequente na região. O primeiro monumento megalítico deste tipo foi publicado em 1904, em estudo da autoria de Francisco Tavares de Proença Júnior [*Anta da Urgueira (Beira Baixa)*, Leiria, 1910]. Nos meados deste século, O. da Veiga Ferreira e D. Fernando de Almeida escavaram diversas antas na região egípciana. Em 1990 foi escavada a Mamoa da Charneca das Canas, em Fratel (Fernando Augusto Pereira da Silva, *Mamoas da Charneca das Canas – Fratel – Concelho de Vila Velha de Ródão*, 1991). Nos finais de 1993 a Associação de Estudos do Alto Tejo inicia formalmente a escavação e o estudo deste tipo de monumentos, sob a responsabilidade de João Luís Cardoso, João Carlos Caninas e Francisco Henriques (Menir de Cegonhas, 1993; anta 6 e recinto 1 do Couto da Espanhola, 1995; anta 2 do Couto da Espanhola e Cabanas Circulares de São Domingos, 1996; antas 2 e 3 de Amieiro, 1997; anta 5 do Amieiro e anta 1 do Poço do Chibo, 1998; anta do Cabeço da Força e Recinto 2 do Couto da Espanhola, 1999).

Nesta região, e em ambas as margens do rio Tejo, são conhecidas mais de duas centenas destas estruturas tumulares, publicadas ou inéditas.

O seu estado de conservação é muito variável, dependendo quase sempre da utilização que foi dada ao solo, dos meios usados na mobilização do mesmo e da proximidade de espaços fortemente humanizados.

A generalidade destes monumentos sofreu remeximentos vários ao longo da sua história, ainda que compatíveis com a manutenção das suas principais características.

A maioria deles de pequeno tamanho, tendo em conta os de outras áreas do País. O diâmetro da maioria das mamoas está compreendido entre os 7 e os 14 metros, não excedendo as maiores os 22 metros. Em altura, hoje, não vão além de um metro. Tal situação fica essencialmente a dever-se às limitações impostas pelas matérias-primas disponíveis (xistos e grauvaques) que não permitiam a construção de monumentos de grandes dimensões.

As mamoas são constituídas por uma acumulação artificial, elíptica ou subcircular, de terra e pedra, ou só de pedra (*cairns*), com relevo para o xisto, que predomina em toda a região. Seriam revestidas primitivamente por uma couroça de quartzo leitoso, aspecto via de regra observado nos monumentos da região do Tejo internacional, conferindo-lhes um aspecto cromático particular. Muitas delas apresentam vestígios de um anel de contenção constituído por blocos rochosos de maior tamanho. A generalidade das mamoas teria uma única estrutura tumular, centrada. A anta 5 do Amieiro, escavada em 1998, apresenta duas estruturas tumulares independentes: uma central e coeva da construção monticular, e outra mais recente, escavada na periferia da mamoa, constituindo uma pequena cista de época campaniforme (comunicação à Academia Portuguesa da História, em 6/1/1999, de João Luís Cardoso).

Os esteios que constituem a câmara e o corredor destas antas são de xisto e grauvaque ou, mais raramente, em quartzo leitoso, sob a forma de grandes blocos.

As coberturas destes monumentos seria constituída por elementos perecíveis, porque

delas não resta testemunho; com efeito, o topo de alguns esteios mostra reentrâncias que poderiam servir de suporte para vigamentos de madeira. Esta solução serviria de alternativa, dada a ausência dos grandes ortóstatos, já aludida, susceptíveis de utilização como elementos de cobertura, por razão de ordem geológica.

Há monumentos com ou sem corredor, predominando os primeiros. Os corredores estão voltados para nascente num ângulo compreendido predominantemente entre os 93 graus e os 114 graus em relação ao norte magnético. Esta orientação preferencial é idêntica à observada em monumentos megalíticos de outras regiões do País, tanto a norte do Douro, como nas Beiras e no Alentejo, podendo relacionar-se com a crença na sobrevivência dos defuntos, aliás reforçada pelo facto de estes irem acompanhados de utensílios necessários à sua vida quotidiana.

É variável a configuração das câmaras destas estruturas funerárias. As de planta poligonal são as mais evoluídas, encontrando-se nas grandes antas de corredores longos.

Em alguns destes monumentos verificou-se que a sua utilização se prolongou muito para além do seu momento construtivo e da primeira tumulação, facto patente, por exemplo, nas antas 3 e 5 do Amieiro e na anta 6 do Couto da Espanhola. Por sua vez, quase todos os monumentos escavados apresentavam vestígios de remeximento, indício das actividades de “pesquisadores de tesouros”.

O número de deposições não excedeu três indivíduos por túmulo, mesmo tendo em conta as diferentes épocas de utilização dos espaços sepulcrais. A maioria deles, porém, terá recebido apenas um corpo. As deposições teriam sido efectuadas na câmara (anta 1 do Poço do Chibo, anta 2 do Couto da Espanhola), estendendo-se pelo corredor em alguns casos (anta 2 do Couto da Espanhola e anta 3 do Amieiro).

Do espólio recolhido nestes monumentos salienta-se: a quantidade de dormentes e moventes de moinhos manuais, de grauvaque ou granito, quase sempre à superfície; pontas de seta de sílex de bases convexa, recta, côncava e bicôncava, ou de tendência



A anta 2 do Couto da Espanhola (Rosmaninhal) antes do início dos trabalhos arqueológicos

pedunculada com aletas laterais e de base pedunculada; contas de rochas verdes, de calcedónia translúcida e de xisto; lamelas, furadores e lâminas de sílex, com ou sem retoques; percutores de quartzo; núcleos de quartzo leitoso, quartzo hialino e quartzito; disco de xisto; polidor-brunidor de quartzito; machados de anfiboloxisto de secções subcircular, quadrangular e rectangular; enchós, goivas e escopros de anfiboloxisto; amoladeira de grauvaque; fragmento de braçal de arqueiro de xisto; denticulados, triângulos, crescentes e trapézios de sílex; taças de calote, carenadas e hemisféricas; vasos de vários tipos; e fragmentos de placas de xisto decoradas, de tipo alentejano. Parte deste espólio resulta da reutilização de alguns dos monumentos até ao presente estudados (conforme, entre outros, o trabalho de síntese dos signatários publicado no vol. 2 das Actas do II Congresso de Arqueologia Peninsular, Zamora, Fundación Rei Afonso Henriques, 1997).

A quantidade e a tipologia do espólio de sílex exumado pressupõem origem estremenha, de onde proviria, já manufacturado, utilizando o rio Tejo e a rede fluvial tributária da margem direita como vias de comunicação preferenciais. A favor deste argumento está a ausência de sílex nesta região, a fre-

quência com que surge nestes monumentos e as 25 pontas de seta de sílex da anta 2 do Couto da Espanhola (Rosmaninhal), que são globalmente semelhantes às provenientes dos sepulcros da Estremadura. O anfiboloxisto, matéria-prima de machados e enchós, é também abundante nesta região.

Machados e enchós de anfiboloxisto são volumosos, alongados, cuneiformes, de secção quadrangular e, em geral, mal polidos, nesta região. Ao invés, «na Estremadura os machados de anfibolito apresentam-se tendencialmente mais achatados, de gumes mais desenvolvidos e em geral com melhor acabamento. Tais factos reforçam, assim, a hipótese de corresponderem as pontas de seta a verdadeiras importações, ao contrário dos machados, que, ao revelarem formas regionais específicas, traduzem o aproveitamento directo da matéria-prima...

Sob este aspecto, é fácil de antever entre a região estremenha e a Beira Interior a existência de trocas comerciais... consubstanciadas pela permuta do sílex, particularmente abundante na primeira daquelas regiões, por anfibolitos, frequentes nesta última» (João Luís Cardoso, João Carlos Caninas e Francisco Henriques, *A Anta 2 do Couto da Espanhola – Rosmaninhal – Idanha-a-Nova*, Estudos Pré-Históricos, vol. 5, Viseu, 1997, pp. 9-28).

Rituais agrários

Dos menires inventariados foi escavado unicamente o Menir das Cegonhas, situado no Rosmaninhal (João Luís Cardoso *et al.*, 1995, *O Menir das Cegonhas – Idanha-a-Nova*, Estudos Pré-Históricos, vol. 3, Viseu, pp. 5-17).

Este menir consiste num grande dormente de moinho manual, de grauvaque, colocado na vertical e assente em estrutura de sustentação, com planta subcircular, constituída por uma depressão no solo forrada por blocos de quartzo, grauvaque e xisto, imbricados. O escasso material arqueológico recolhido, constituído por fragmentos cerâmicos, provém exclusivamente da fundação do monólito, configurando prática ritual cujo significado hoje nos escapa.

A reutilização de um dormente de moinho manual como menir possui significado simbólico sugerindo práticas rituais provavelmente de cariz agrário. A tais práticas talvez também não seja estranha a ocorrência frequente de mós manuais como elementos construtivos de *tumuli* de monumentos dolmênicos, a menos que se trate de simples reutilizações.

As rochas com covinhas corporizam outra manifestação frequentemente associada ao megalitismo local (Francisco Henriques,

João Carlos Caninas e Mário Chambino, *Rochas com Covinhas na Região do Alto Alentejo Português*, Actas dos Trabalhos de Antropologia e Etnologia, vol. xxxv, fasc. 4, Porto, 1995, pp. 191–206). As covinhas consistem em concavidades de tamanho e profundidade variável, abertas e polidas nas rochas locais (xisto, grauvaque e granito) e expostas ao ar livre. As gravações surgem em afloramentos, em monólitos ou em blocos móveis, e apresentam-se associadas, em número variável.

Os grupos de painéis aparecem frequentemente associados a recintos megalíticos, a áreas de maior densidade de monumentos megalíticos e a ermidas.

Henriques *et al.* (1995: 200), mediante o contexto arqueológico em que se encontram as rochas com covinhas, levantam a hipótese de «configurarem espaços sagrados pré-históricos». São mesmo de opinião de que «parece haver uma convergência espacial de espaços sagrados pré-históricos (recintos megalíticos e núcleos de rochas com covinhas) e locais de culto históricos (ermidas). Esta convergência de locais sagrados, correspondentes a diferentes épocas e culturas, pode sugerir uma persistência da sua apropriação e, por consequência, uma continuidade do povoamento e de tradição sagrada/simbólica daqueles sítios».

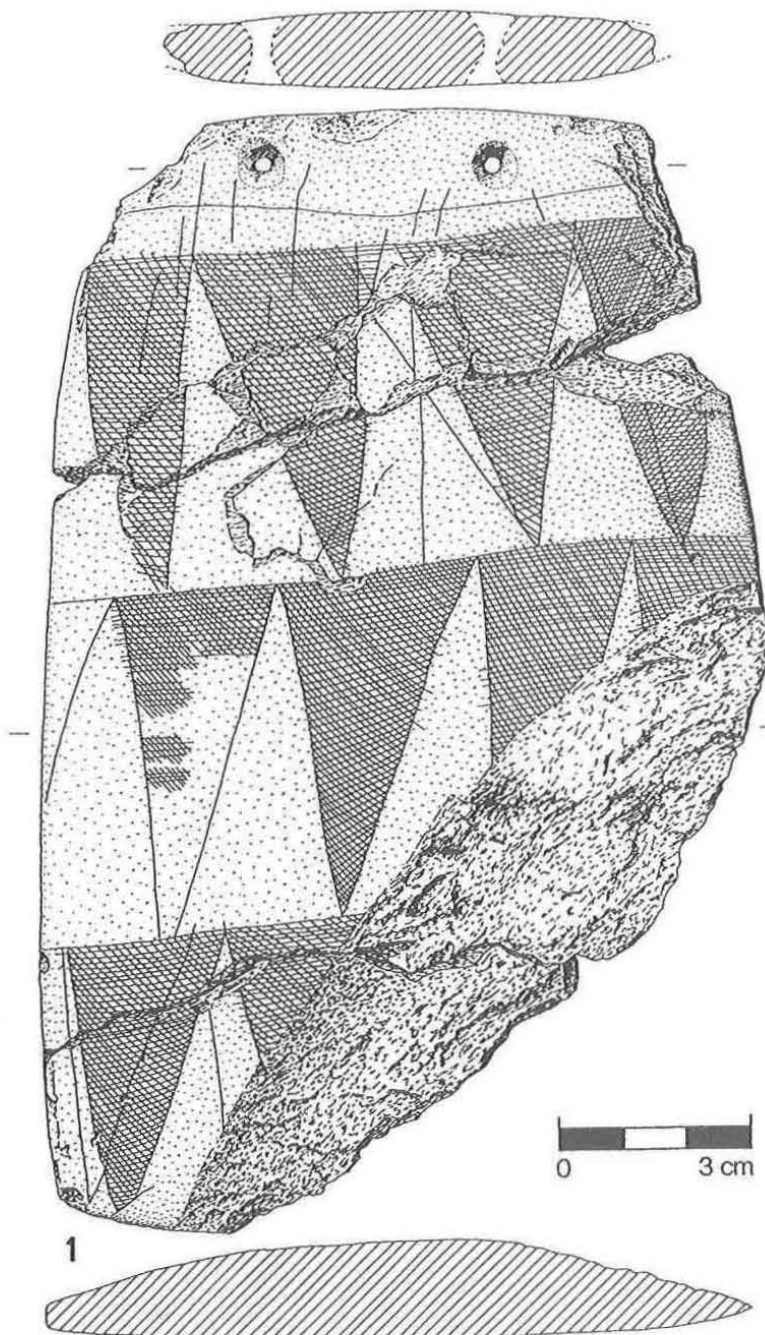
Muitos dos locais referidos mantêm entre si relações de proximidade, levando a admitir interdependência funcional de locais de carácter diferenciado.

Ainda não se dispõe de datações de carbono 14 para monumentos da região, o que condiciona o conhecimento da respectiva cronologia absoluta e o estabelecimento de uma sequência evolutiva. A integração cronológico-cultural realizada para cada monumento, apoiada pelas suas características arquitectónicas e pelo respectivo material, remete-nos predominantemente para o Neolítico final ou, em alguns casos, para o início do Calcolítico (mamoá da Charneca das Canas, anta 2 do Couto da Espanhola, anta da Urgueira, anta do Poço do Chibo, anta 3 do Amieiro e câmara central da anta 5 do Amieiro situáveis cronologicamente entre finais do IV milénio a. C. e meados do milénio seguinte; são excepção a cista periférica da anta 5 do Amieiro para a qual é apontado o final do III milénio a. C., onde se recolheu fragmento de cerâmica campaniforme, e a anta 6 do Couto da Espanhola provavelmente pertencente aos primórdios do mega-

litismo regional, situável na segunda metade do V milénio a. C. Trata-se, com efeito, de pequena câmara fechada, com paralelos tanto no Norte como no Sul do País (João Luís Cardoso, João Carlos Caninas e Francisco Henriques, *A Anta 6 do Couto da Espanhola – Rosmaninhal – Idanha-a-Nova*, Estudos Pré-Históricos, vol. 3, Viseu, 1995).

Pela posição geográfica da área em causa (centro interior de Portugal) e pelo estado actual dos nossos conhecimentos verificamos a existência de ligações do megalitismo da região ao Centro-Norte, Sudoeste e Alentejo.

Em 1990 foram identificadas duas pequenas estruturas no Monte de S. Domingos – Malpica do Tejo (Castelo Branco). Evidenciavam-se à superfície através de pequenos ortóstatos de xisto ou grauvaque alinhados circularmente. Pensou-se, na altura, estarem correlacionados com o período megalítico, razão pela qual foram objecto de estudo em 1996 (João Luís Cardoso, João Carlos Caninas e Francisco Henriques, *Dois Cabanas Circulares da Idade do Bronze do Monte de São Domingos – Malpica do Tejo – Castelo Branco*, Estudos Pré-Históricos, 6, Viseu, 1998, pp. 1-21).



Placa de xisto gravada recolhida na anta 5 do Amieiro (Rosmaninhal - Idanha-a-Nova)

No Alto Tejo português o fenómeno megalítico encontra-se representado por dólmenes, menires e cromeleques, manifestações funerárias e mágico-religiosas praticadas por populações cujos povoados, em alguns casos, se conhecem.

A escavação pôs a descoberto duas estruturas subcirculares distantes 18 metros entre si.

Uma das estruturas encontra-se delimitada, interiormente, por ortóstatos de xisto e grauvaque, definindo paramento de grande qualidade, cujo diâmetro interno é de 2 metros. Exteriormente, a estrutura é constituída por blocos e placas de maior tamanho, imbricadas e dispostas no terreno em cutelo, de forma a assegurar a estabilidade interior. A entrada mostra-se voltada para oriente. No interior, foram recolhidos fragmentos de três vasos cerâmicos da Idade do Bronze, de tipologia característica, e reconheceram-se vestígios de fogo consubstanciados pelo endurecimento e pela tonalidade da superfície argilosa do antigo pavimento.

A estrutura 2 tem 3,30 metros de diâmetro interno. É constituída internamente por ortóstatos dispostos verticalmente, de forma mais nítida. Do lado externo, possui uma dupla coroa de sustentação constituída por lajes de grauvaque. O interior desta coroa é preenchido com blocos pétreos de pequenas e médias dimensões. A entrada apresenta-se voltada para sudeste. Sob pavimento interior, de saibro batido e nele enterradas, foram identificadas três estruturas pétreas. Uma, ocupando o centro deste espaço circular, correspondia a buraco de poste estruturado que sustentaria a cobertura. As duas outras estruturas representadas por pequenos empedrados, ambas abaixo do nível do pavimento, cobriam recipientes cerâmicos.

Um dos recipientes cerâmicos correspondia a uma urna de incineração no interior da qual foram identificadas esquirolas ósseas pertencentes a dois corpos humanos, de mistura com fragmentos cerâmicos de uma taça carenada que primitivamente cobria a urna. Do outro recipiente cerâmico nada apurámos devido ao mau estado de conservação.

Do ritual de incineração a que os dois corpos foram sujeitos podemos concluir que se processou em cadáveres frescos, que foram sujeitos a temperaturas superiores a 400° C, e em alguns casos, a 600° C. «A operação prosseguiu com a recolha dos restos cuja recuperação tivesse sido possível. É crível que tal colheita tivesse sido feita manual-

mente, osso a osso. Tal hipótese justificaria a ausência de peças dentárias, de pequena dimensão, bem como a de cinzas ou restos carbonosos que não faziam parte do enchimento da urna. Tal facto explica a pequena quantidade de ossos encontrados (128 g), cujo peso não tem, deste modo, interesse comparativo, visto apenas revelar dado grau de minúcia na recolha dos restos» (Cardoso, Caninas e Henriques, 1999).

Património e desenvolvimento regional

A pobreza global dos solos desta região justificaram a manutenção da utilização de tecnologias agrícolas tradicionais, possibilitando deste modo a preservação dos monumentos e sítios com interesse arqueológico em boas condições. Entretanto, no início dos anos 80, com a introdução de modernas tecnologias altamente mecanizadas associadas à exploração industrial da floresta, deu-se início à destruição sistemática de monumentos e sítios com valor arqueológico.

De nada valeram os instrumentos de planeamento postos então já à disposição de algumas das autarquias da região, consubstanciados pelos inventários arqueológicos anteriormente aludidos.

No início dos anos 90 observou-se um abrandamento do ritmo de florestação, mas, com os incentivos dados às espécies autóctones (azinheira e sobreiro), voltou a observar-se, a partir de 1997, um incremento das áreas profundamente revolvidas. Este fenómeno não é alheio aos milhares de hectares entretanto ardidos e aos projectos de florestação concebidos para aquelas áreas e subsidiados pela Comunidade Europeia.

Às autarquias cabe um papel importante na preservação do seu património arqueológico, tornando-se essencial no momento do licenciamento.

Na minimização dos impactes negativos, e sempre que se verifique revolvimento no solo (obras, projectos de florestação), impõe-se a utilização de inventários existentes e o acompanhamento dos trabalhos por arqueólogo devidamente preparado. Defendemos, por isso, a necessidade de as autarquias disporem de arqueólogos nos seus quadros.

A administração central, as autarquias, as instituições de investigação e as organizações de defesa do património e do ambiente têm um papel central na salvaguarda do património de acordo com o princípio da subsidiariedade.

Da nossa longa experiência confirmamos que os proprietários e as populações locais constituem, hoje, os agentes privilegiados nos processos de conservação do património arqueológico.

Perante o que escrevemos até aqui verificamos a riqueza da região em monumentos e sítios de interesse arqueológico.

Pelo facto podemos questionar até que ponto o vasto e rico património arqueológico, que se sabe existir na região, ainda que não monumental, é susceptível de contribuir para o desenvolvimento da região tendo em conta que o único centro industrial corresponde à cidade de Castelo Branco, que a agricultura é, em termos gerais, de subsistência, que a população continua a diminuir, e os índices de envelhecimento, a aumentar.

Sabe-se hoje, através de experiências já desenvolvidas, que a arqueologia pode ter impactes positivos na qualidade de vida das populações, especialmente nas áreas deprimidas como esta, e no aparecimento de novas actividades económicas, num modelo local de desenvolvimento sustentado.

Reconhece-se também que a investigação arqueológica tem um papel primordial no processo de desenvolvimento no ciclo de produção de conhecimentos sobre a história dos sítios, dos monumentos e das paisagens, condição indispensável à plena integração do património arqueológico nas estratégias de desenvolvimento local. A arqueologia desempenha um papel central na investigação multidisciplinar da paisagem, como um todo cultural e natural, e na explicação da sua evolução.

A arqueologia, como Jorge Oliveira o exemplificou para o megalitismo de Sever (1997), evidencia outras fronteiras distintas das modernas fronteiras políticas e administrativas, reconhecendo afinidades culturais transfronteiriças.

Estas afinidades ajudam hoje, no quadro da União Europeia, a alicerçar novas áreas transnacionais, de desenvolvimento local. H